I aba

ARQUITETURA BRASILEIRA DO ANO/RIO DE JANEIRO, GB/ 1967-68

amazonas

Digitalizado com CamScanner

O MUNDO AMAZÔNICO
TERRA, FLORESTA, ÁGUA E AR.

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

Quando falamos em Amazônia, nosso pensamento se volta para um mundo estranho, diferente, em que uma floresta densa, intransponível, agressiva, uma rêde hidrográfica sem medida, uma fauna rica e exótica e um clima rigorosamente quente e hostil, impróprio à vida humana, constituem o pano de fundo à natureza constante daquele espaço que também é distante. Sim, porque o distante é outro têrmo do ambiente imaginado.

Será real essa concepção? Não haverá nela o exagêro dos conceitos e das conclusões apressadas, resultante do noticioso sensacionalista do viajante ou do cronista que descobriu a região para um público que só se satisfaz com a descrição exaltada? A afirmativa do homem de ciência que vem estudando a região será essa ou dela difere substancialmente?

Lembremos, inicialmente, que a Amazônia não é ùnicamente parte integrante do complexo territorial do Brasil. Porque ela se estende por mais cinco países da América do Sul — Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela. Há, assim, um mundo amazônico, que compreende cêrca de seis e meio milhões de quilômetros quadrados dessa mesma América do Sul. Representa, conforme os cálculos de Samuel Benchimol, em seu excelente livro acêrca da "Estrutura Geo-Social e Econômica da Amazônia", três quintos do Brasil, a vigésima parte da superfície terrestre, um quinto da disponibilidade mundial de água doce, quatro décimos da América do Sul, um têrço das reservas mundiais de florestas latifoliadas e apenas dois e meio milésimos da população mundial, o que importa em registrar que significa, na atualidade, uma das maiores áreas desérticas da terra. E, portanto, um mundo gigantesco onde a presença humana se vem realizando com certa lentidão e sem a impetuosidade que seria necessária para que se pudesse ter não apenas uma posse física, mas, realmente, um domínio efetivo, representado pela ocupação humana e pela utilização, em profundidade, do imenso potencial de matérias-primas vegetais, animais e minerais de que é detentora em estado de natureza.

O acesso ao que se convencionou chamar de Amazônia processa-se, convenientemente, pelo Atlântico, que foi o caminho utilizado pelo conquistador ibérico quando veio alcançá-la para permanecer, explorando-a e possuindo-a.

Dissemos para alcançá-la visando a permanecer explorando-a e possuindo-a, porque, de início, êsse mesmo homem ibérico atingiu-a vindo do Pacífico, partindo do Peru, e revelando-a à Europa, mas sem que tivesse ficado para criar uma área nova à vida social e econômica do mundo. A muralha andina desencorajou-o para a emprêsa de conquista daquele espaço por via tão difícil. A posse política processou-se, por isso, pelo caminho do Atlântico.

Penetrando, portanto, a Amazônia pelas majestosas portas do Atlântico, de logo se começa a ter sensação do estranho, do demasiadamente grande, seja no tocante à cobertura vegetal, seja no que diz respeito ao fluvial. Floresta e água impõem-se, assim, prontamente, pelo gigantismo e pelo espetacular. Não se terá exagerado, pois, naquela concepção imediatista, tanto mais quanto alcançando-se a Amazônia, transpostos os Andes, essa impressão não se altera: é a mesma, água e floresta compondo o quadro físico, cansativo, tedioso e constante. Floresta e água como ponto de fixação para caracterizar a Amazônia são, assim, de um realismo positivo, o que não significa, no entanto, que não haja, no mesmo espaço físico, áreas livres daquela cobertura vegetal e sem a fartura d'água da constante regional.

Vejamos, porém, a vagar, êsses aspectos que a distinguem e lhe asseguram fisionomia própria, particular, destacando-a fundamentalmente da fisionomia brasileira e sul-americana. Comecemos por assinalar que o Rio Amazonas, atravessando a região de oeste a leste, é o acidente físico marcante. Tudo ocorre e se considera tomando essa realidade como o norte. A soberania do rio, em sua calha central, é definitiva. Ao lançar-se no Atlântico, num golfão imenso, ocupado pelo arquipélago Marajoara, rompe-se em duas grandes artérias, formando um delta de 300 quilômetros de extensão. O braço norte subdivide-se em três: o canal do Norte, entre o litoral de Macapá e a ilha de Caviana; o canal Perigoso, entre esta ilha e a de Mexiana; o canal do sul, entre esta e o Marajó. Êsse trecho do braço do norte mede cêrca de 150 quilômetros. Ao braço sul dá-se o nome de Rio Pará. Seria, para alguns, como que uma continuação do Tocantins, considerado não como um tributário do Amazonas, mas como um rio autônomo, quando muito se servindo os dois cursos de um desaguadouro comum. Mede cêrca de 70 quilômetros.

O litoral é baixo. Há nêle, no trecho compreendido entre a bôca norte do Amazonas e o Oiapoque, fronteira extrema norte, uma faixa de terra que se deixa cobrir pelas águas do mar, numa amplitude que atinge, em certas partes, dois ou três quilômetros em profundidade. "Os bancos de lôdo e de vasa mole" formam um extenso mangue, aqui e ali apontando uma vegetação rasteira, pobre, sujeita à destruição pela impetuosidade do oceano. No trecho que se segue, até o Gurupi, essas terras não se rebaixam com a mesma intensidade. Há praias de areias claras, terras altas que o mar não invade, mas o comum ainda é espaço exposto aos fluxos e refluxos do Atlântico.

No trecho norte, depois do mangue, vem uma savana extensa que se alonga até encontrar os primeiros afluentes do Amazonas. Aí a floresta toma corpo e assume a sua função de caracterizante da região. A área de savana atinge os contrafortes do maciço guianense, com intervalos de mata alta, mas sem a pujança da floresta clássica, e vai terminar no vale do Rio Branco.

A região interior é caracterizada pelas várzeas e pelas terras altas. Aquelas são as áreas que o Amazonas e alguns dos seus afluentes cobrem nas chamadas épocas de enchente. Estas, as áreas que escapam às inundações e onde a vegetação assume, geralmente, proporções impressionantes.

Digitalizado com CamScanner

Digitalizado com CamScanner

As várzeas ocupam um espaço de 15.864 quilômetros quadrados. Sôbre as terras altas não houve ainda sequer a tentativa de um cálculo. Dir-se-á que será a diferença entre a várzea e o total do espaço amazônico. Mas, há que descontar também o espaço ocupado pelos grandes cursos fluviais, em muitos dos quais não se registra a existência das várzeas, pelo menos continuadas, ou das praias, por correrem estreitos paredões das terras altas e sôbre os quais também ainda não se pode fazer a afirmação numérica categórica, absoluta.

Falamos em praia. É outro trecho entre o rio e a terra alta. Difere das várzeas, inclusive na côr da terra: enquanto estas são amareladas, aquela geralmente clara, alva; mesmo sofrendo a cobertura das águas nas enchentes, não perde suas características. O vale do Rio Negro e o do Tapajós, por exemplo, assinalam-se, em grande extensão, por essas praias alvas, que lembram as do litoral oceânico. O cálculo, mesmo sujeito a grandes erros, não pode ser feito.

As terras altas, como as de várzea, sofrem perdas constantes, engolidas pelas águas vorazes. Então, o derrubam, levando, no fragor das quedas, árvores, casas, haambiente fisiográfico, a terra das ilhas, que, ao invés de nomina de "terra caída" e resultado do solapamento realizado pelos rios.

Por fim, há que se registrar, nessa sumarização do ambiente fisiográfico, a terra das ilhas, que ao invés de constituírem uma continuação de terra firme, impondo-se às águas, como um nôvo tipo de oásis, são, na generalidade, uma resultante das próprias águas fluviais. É que, geralmente, se formam dos detritos, arbustos, terra carregada pela velocidade da água em sua carreira para o Atlântico ou para o Amazonas. Com o andar dos tempos, se vão constituindo, criando proporções, crescendo em dimensões conforme o poder de resistência que oferecem. Há, porém, igualmente, as ilhas de terra firme, que se podem ter formado do seccionamento de áreas maiores por fôrça da penetração das águas. Seria o caso dos rios que ainda não marcaram em definitivo os respectivos leitos e os vão cavando, rasgando, abrindo na sinuosidade de sua marcha, em detrimento das terras que banham e sofrem a sua penetração impiedosa por meio dos furos, dos igarapés, dos lagos de que se valem para essa obra de destruição.

As ilhas são incontáveis. O seccionamento do Amazonas, no golfão, é em grande parte obra delas, que formam verdadeiros arquipélagos, como ali, e são grandes e pequenas. Grandes, como Marajó, de 48.000 quilômetros quadrados; Tupinambarana, de 360 quilômetros de extensão por 60 de largura; Pedro Segundo, de 10.150 quilômetros; Gurupá, de 4.864 quilômetros quadrados. Marapatá, por exemplo, à entrada de Manaus, já é uma ilhota de terra baixa. O Careiro, onde vive a população criadora que abastece Manaus, já é muito maior, mas, menor em relação ao Marajó ou a Tupinambarana. As enchentes as fazem submergir, no todo ou em parte. Em muitas dessas ilhas, e é o caso do Careiro, como é o caso do Marajó, nos trechos sôbre que o rio incide, há, porém, partes altas, a que se dá o nome de tesos, onde não ocorre a cobertura das enchentes e para onde se deslocam pessoas e animais nas horas difíceis das "cheias".

Em quanto importam essas ilhas como espaço ocupável? Qual a extensão de tôdas elas? A pergunta fica sem resposta. Ninguém as mediu, nem sequer as enumerou. As cartas geográficas fazem menção de milhares. Há, ainda, muitas outras por registrar. Ademais, ora crescem, ora diminuem ou desaparecem. A avaliação, portanto, é precária.

As zonas de campos naturais, de maior vulto e importância, pelo que registram para as atividades econômicas em desenvolvimento, são as do vale do Rio Branco, no Território de Roraima, as do Marajó, na ilha do Marajó, e as savanas do Amapá. Os chamados grandes campos do Baixo Amazonas distanciam-se da calha principal do Amazonas. O que existe nesse particular, em tais paragens, beirando o rio, ou é obra do homem, que os abriu a fogo, queimando a floresta, ou constitui "pastagens naturais, de vegetação herbácea com grande predominância de gramíneas". Os campos do Puciari, entre o Madeira e o Purus, possível continuação dos campos do norte da Bolívia, não foram ainda aproveitados. Constituem, por enquanto, apenas, aspecto da paisagem física.

A rêde hídrica lembra o corpo humano com a sua imensurável cadeia de veias, por onde circula e estua o sangue. Tendo por eixo o Rio Amazonas, compõe-na, mais, todo o vasto dédalo de afluentes e subafluentes, igarapés, furos e lagos que engrossam a calha central e agigantam a bacia e autorizaram a frase de Agassis: "oceano feito de rios". O volume líquido é, destarte, qualquer coisa de imensurável, seja na época da vazante, seja na época normal de cheia. E quando ocorrem as enchentes excepcionais, a cobertura líquida, espraiando-se, leva à impressão de que o domínio total é da água. E na época das vazantes? Sim, também, porque, mesmo nelas, o potencial de água é grande. As sêcas que se registram nos altos rios, impedindo ou perturbando a navegação, não são suficientes para modificar aquela impressão. Porque o que permanece em forma líquida é bastante para garantir a grandiosidade da bacia. Ademais, as cheias não ocorrem em todos os rios na mesma época.

A bacia hidrográfica representa-se em mais de seis milhões de quilômetros quadrados. Os rios mais importantes, afluentes do Amazonas, como o Javari, Juruá, Purus, Madeira, Tapajós, Xingu, Tocantins, na margem direita, e Içá, Japurá, Negro, Nhamundá, Trombetas, Jari e Paru, na esquerda, têm curso entre 1.500 a 3.300 quilômetros. Outros, como o Tefé, o Coari, o Jutaí, o Jundiatuba, o Urubu, o Uatumã, variam de 500 a 800 quilômetros. São rios de menor significação. Os paranás, os furos e os igarapés, de muito menor extensão, nem por isso deixam de ter a sua importância. Representam, igual-

Digitalizado com CamScanner

mente, veios líquidos que contribuem para a ramificação e a ampliação do quadro potâmico.

Os igarapés são os cursos pequenos de águas que não correm ou correm vagarosamente, e descem de um interior próximo do rio central. Os paranás valem como braços maiores dos rios que se espalham ao encontro de uma ilha, que circundam, formando então a parte menos importante do curso principal. Os furos constituem os caminhos líquidos de ligação entre dois rios ou entre um rio e um lago, ou ainda uma passagem estreita entre ilhas, como sucede na região de Breves.

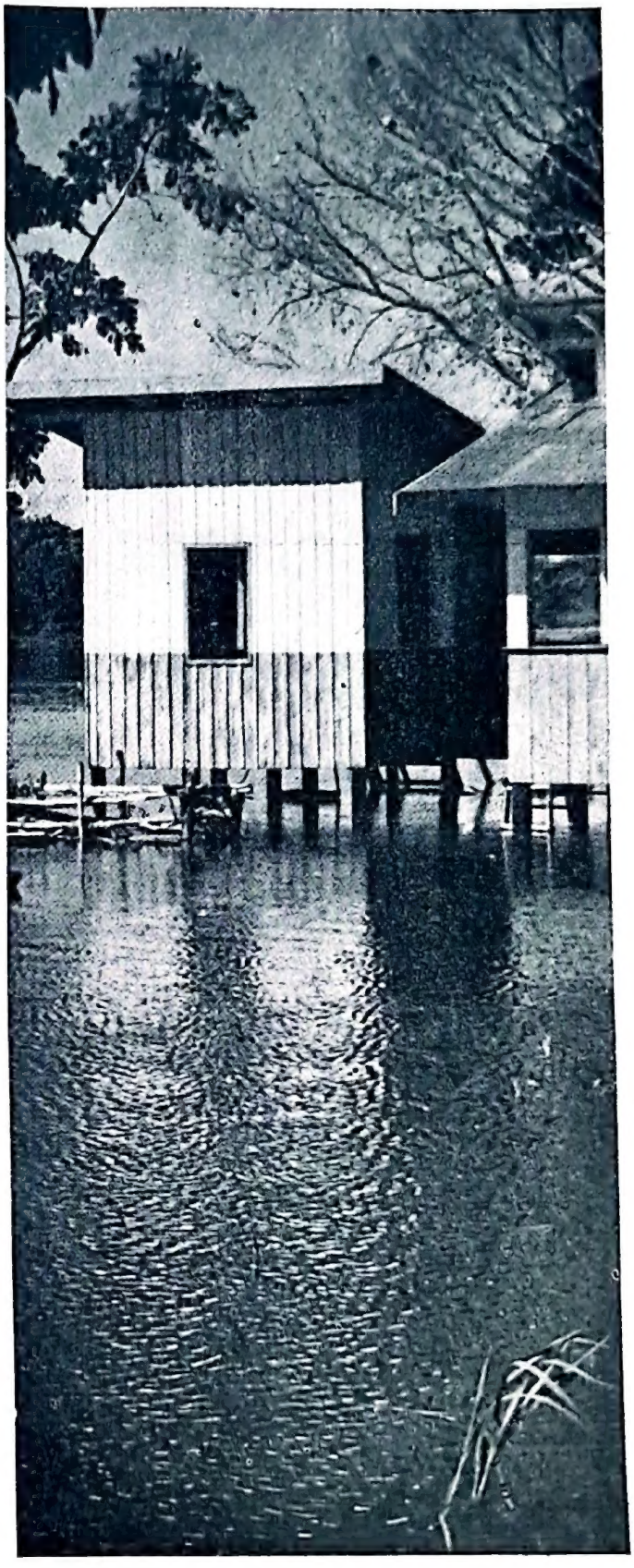
Os lagos exercem uma função especial: servem de escoamento das águas dos grandes e pequenos rios. A êles se ligam sempre por uma bôca, e nas enchentes extravasam, participando do afogamento geral que se observa. Há lagos de mil e duas milhas de largura, como os de Saracá, Grande de Vila Franca, Aiapuá, Tefé. O de Vila Franca, por exemplo, mede cêrca de 2 milhas de largura por 40 de comprimento; o Arari, no Marajó, 2 milhas de largura por 10 de comprimento.

Em certos trechos, os lagos constituem a característica mais forte da região, pelo número, grandeza e proximidade por que se apresentam. Formam áreas lacustres ponderáveis. Tal acontece, por exemplo: entre o Nhamundá e o Trombetas; no trecho do Solimões, do município de Codajás; no Japurá.

Há que referir, por fim, para completar o quadro sumário da bacia hidrográfica, a existência do que se chama, na terminologia amazônica, o igapó, que se constitui de terra baixa, permanentemente alagada, na margem de terra firme e coberta de uma vegetação sem porte, rala, que permite a idéia de que ali ocorre uma campina.

As enchentes são um movimento normal e necessário no quadro fisiográfico. Resultam de várias causas. Começam em novembro e terminam em junho. As cheias normais são úteis. Cobrindo as várzeas, asseguram-lhe o húmus da fase da baixada, que permite a lavoura de sustentação, e já agora de maior valor econômico, como a juta. As cheias anormais, essas são destrutivas. Passam os limites das terras que cobrem, extravasam atingindo áreas de terras altas. Os prejuízos que causam são imensos: destroem plantações, matam o gado, arrasam casas, abrem claros nas populações.

"O movimento ascensional das águas do Amazonas, registra Silva Coutinho, é quase insensível no comêço da enchente. Espaços iguais vão sendo logo após percorridos em prazos cada vez menores. De dia para dia acelera-se a subida e avulta o crescimento. Desaparecem primeiro as praias nuas, alagam-se em seguida os terrenos baixos, cobrem-se depois as ilhas de recente formação, mergulham as árvores, afundam as barreiras, esteiram as ribeiras, as águas se espraiam, as margens recuam, os horizontes se afastam; e, em meados de março, aproximadamente, êsse inconcebível e fabuloso assoberbar do rio tem chegado a igual distância dos pontos extremos.



Digitalizado com CamScanner

"Então, a pouco e pouco, torna-se a marcha mais lenta, e vai até tornar-se quase insensível nas proximidades do limite superior. Nos meses de novembro a dezembro o crescimento é alimentado às expensas dos tributários mais próximos à foz, e como êstes sejam pequenos, não avulta muito o refôrço. As águas das cabeceiras e dos principais afluentes chegam no cume, e é isto o que produz naquela época uma tão pronunciada diferença de nível .....

.....

"Quando o Amazonas enche, represa os tributários na extensão de dois terços de seu curso, fenômeno fácil de verificar, em razão da diminuta correnteza nas proximidades das embocaduras, bem como pela circunstância de conservar-se inalterável a côr das águas junto à foz dos rios prêtos. Em começando a vazante, tem lugar o escoamento, cresce a correnteza dos afluentes, e cursam então as suas águas". (1)

A floresta típica, fechada, esplendorosa, densa, de porte avantajado, com espécies que atingem os 40, 50 e 60 metros de altura e algumas os 50 centímetros de diâmetro, essa é dominadora. Cobre as chamadas "terras altas ou firmes". Começa nas terras banhadas pela bôca norte do Amazonas. O golfão onde êsse rio se lança já é marcadamente de floresta fechada, típica.

A floresta parte da margem dos rios. Nas várzeas está sujeita à destruição periódica por efeito das enchentes. É muito menos rica que a das terras firmes.

"No Alto Amazonas, ensina Ducke, ela é mais rica que no Baixo Amazonas". Nessas matas de várzea, a árvore de presença mais permanente, de maior altura, é a samaumeira. Seguem-se a mangabeira, o tacacàzeiro, pau-mulato, castanha-de-macaco, ponçá-grande, piranheira, paracuuba, macacaúb, acuuuba-branca, andirobeira, seringueira-barriguda. A espécie constante, característica das várzeas, é, porém, a imbaúba. O porte das árvores é variável: a vegetação não é expressivamente alta, dando, muitas vêzes, a impressão de campinas, e os espécimes com medida apreciável são como que adornos, mais copados que pròpriamente altos.

Nas terras altas, a coloração das árvores é mais viva e estas mais frondosas e mais altas. A proximidade entre elas é grande. Os arbustos e os cipós ocupam os espaços que medeiam entre os exemplares mais vigorosos, barrando a penetração. Essa cobertura hostil fecha também o acesso que se encontra através das águas em igarapés que muitas vêzes desaparecem cobertos pelo arvoredo e pelos arbustos, pela mão do homem, por se apresentarem completamente impedidos por essa vegetação pujante e constante.

(1) João Martins da Silva Coutinho, no artigo que figura no corpo da "Fala" do Presidente Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque, em maio de 1865, à Assembléia Provincial do Amazonas.

Heterogênea, na generalidade, a floresta apresenta, porém, uma densidade impressionante. Observando-a de cima de um avião, tem-se a certeza dessa condição. Não se constatam os claros naturais. Quando êstes existem são infinitamente pequenos, indicam a presença do homem, que os rompeu para levantar a sua habitação, criar algum gado, tentar a lavoura de subsistência ou então estamos observando algum núcleo urbano. Veja-se, para exemplificar, Manaus. A capital amazonense está cercada pela floresta. E até bem perto do aeroporto, a densidade da floresta é positiva. As interrupções naturais da floresta são exceção e sem sentido.

A exuberância dêsse revestimento vegetal leva a uma conclusão imediatista — a Amazônia é um espaço de fertilidade evidente. Seus solos não podem deixar de ser ricos. A pobreza de que o acusam não expressa uma verdade. Ora, a Amazônia é uma área do chamado "mundo tropical" sôbre que recai a férula negativa dos que o anatematizaram, condenando-o como improdutivo. Pierre Gourou, ainda não há muito, em livro de sucesso, "Les Pays Tropicaux", sustentava a tese. Não viu uma só virtude nos trópicos. E visitando a Amazônia, não se arreceou de manter a afirmativa, pelo menos quanto às terras firmes, que uma vez despojadas da proteção natural de floresta fechada, típica, ficam expostas e empobrecem igualmente. Sustentou, assim, a invulnerabilidade da velha tese que desacredita as áreas tropicais. Seguidores de sua conclusão, sua e de quantos outros o precederam naquela afirmação negativa, não se vêm mostrando menos simpáticos para com a terra tropical. A erosão, a laterização seriam responsáveis por tôda uma série de retardamentos na região. (1A)

Já mais recentemente, Martson Bates, estudando o homem e a natureza entre o Câncer e o Capricórnio, num livro que vem produzindo sensação, "Les Tropiques", se não investe totalmente contra a assertiva dos antitropicalistas mais exaltados, nem por isso deixa de assinalar-lhes os exageros, mostrando-se mais compreensivo. Para êle o defeito não está nos trópicos, mas na civilização ocidental, que se estruturou num outro mundo e teima em não querer compreendê-los como são, como existem, como se propõem a quantos desejem possuí-los. Nos trópicos, lembra, o que é necessário para dominá-lo e utilizá-lo, portanto, é a adoção de processos, técnicas, em que êles sejam devidamente considerados como são. Os métodos e a técnica usados no Ocidente não podem ser os que se adotem ou imponham nos trópicos.

Cabe aqui referir que os solos da Amazônia têm sido muito pouco estudados. O que dêles se escreve resulta

(1A) Gourou já alterou a posição. Em recente conferência pronunciada em Lima, Peru, por ocasião da Conferência de Agricultura das áreas tropicais úmidas, abandonou-a para aceitar os trópicos como área humanisável. Cf. "O futuro dos trópicos úmidos. Manaus, 1966.

Digitalizado com CamScanner

mais de uma aplicação de conceitos genéricos para as áreas trópicais que pròpriamente de um exame direto do que êles sejam. Recentes pesquisas estão levando a conclusões menos apressadas, diferentes daquelas generalizações perigosas.

Constata-se, é certo, uma laterização que parece intensa do ponto de vista da extensão territorial sôbre que ocorre. Essa laterização que se verifica em tantos trechos da imensa região e vem alarmando os que a estudam por parecer-lhes que se está criando, na Amazônia, um mundo cada vez mais pobre ou empobrecido, não resulta ùnicamente das motivações clássicas dos teoristas. É possível que se tenha de incluir, também, nessa obra de desgaste nas condições de produtividade do meio, a participação do homem, que não tem agido senão destrutivamente em relação ao revestimento florístico. Essa laterização, no entanto, mais acentuada no Território do Amapá, é certo, verifica-se também na terra onde a cobertura florestal ocorre. Não constitui ainda um perigo imediato à presença e à estabilidade social. Porque as sociedades amazônicas ainda vivem e viverão muito tempo ora ocupando as várzeas, onde aquêle drama não ocorre, ora saqueando a floresta, na extração, não das madeiras em porção tal que leve à saarização do meio, mas das sementes, das gomas e resinas, das castanhas, da produção primária, proporcionada pela floresta em estado de ser.

Ademais, não constitui novidade que, escreve Ducke a respeito das terras firmes, "um solo humosilicoso profundo e fértil (terra preta) é encontrado em não poucos lugares; solo argiloso pardo-avermelhado muito fértil ("barro vermelho") aparece em manchas dispersas. O último assemelha-se em alguns casos às manchas de "terra roxa" do Estado de São Paulo e como estas parece ter origem diabásica: sua flora é notàvelmente diferente da dos solos pobres da vizinhança e contém espécies ainda não observadas em outras partes da hiléia ou, em alguns casos, sòmente em solos aparentemente idênticos do sul da Guiana Britânica. Neste solo, como nas terras roxas de São Paulo, a maior parte das madeiras é mais mole que as do solo pobre (comum) das terras altas". (2)

É conveniente insistir na referência de que os solos considerados pobres ou empobrecidos, ácidos, são, no entanto, os solos das "terras altas", as "terras firmes". Porque os das várzeas, ao contrário, recebem louvores, acreditados como bons, úteis, próprios à lavoura de ciclo rápido, a lavoura de sustentação, uma vez que recebem húmus no período das enchentes. O próprio Gourou acentuou-lhes a excelência. Sucede, na Amazônia, o que sucede no Nilo: as cheias, quando normais, constituem uma dádiva, asseguram seiva, vida, campo para o trabalho produtivo.

Quanto ao clima, generalizado como quente e úmido,

(2) A. A. Ducke e G. A. Black, "Notas sôbre a fitogeografia da Amazônia Brasileira, pág. 10. Belém, 1954.

Digitalizado com CamScanner

e ao qual se atribui uma importância particular que explicaria a impossibilidade de conquistar-se e dominar-se o espaço amazônico, não é mais possível caracterizá-lo com êsse simplismo. E isso porque, pelo que dêle sabemos hoje, o quente e úmido restringe-se à "área compreendida entre os cursos dos Solimões e do Rio Negro, sem alcançar a leste a cidade de Manaus".

A Amazônia é hoje considerada, do ponto de vista climático, como uma área que se apresenta sob variantes e não como unidade. Não há, assim, um clima amazônico, que se caracterize pela igualdade, apenas alterada pelas duas estações observadas: a das chuvas e a do estio, o chamado *inverno* e o chamado *verão*. O que o distingue é justamente essa pluralidade.

De acôrdo com a classificação de Köppen, a Amazônia participa dos tipos A e C. No particular do A, dos três grupos em que o subdividiu, isto é, Af, Am, Aw, ou seja: constantemente úmido, com chuvas do tipo monção, verão úmido e inverno sêco. No particular do C, apenas do grupo Cw, isto é, quente, inverno úmido.

Estudando-o, Junqueira Schmidt esclarece: "De um modo geral, o clima da Amazônia caracteriza-se pela constância da temperatura elevada e pela abundância das chuvas, onde a exuberância da vegetação verdadeiramente equatorial que lá se desdobra, formando a maior extensão de floresta fechada do mundo.

"Inexata seria, porém, a conclusão que, tendo-se em vista essas duas principais características, se viesse a tirar, mesmo a grosso modo, da influência nociva do clima amazônico sôbre o homem. Graças aos ventos alíseos que sopram regularmente das bandas do mar e penetram pelo continente, e à relativamente acentuada queda da temperatura à noite, boas são na Amazônia as condições do meio assim amenizado.

"Nas regiões das savanas que circundam a vasta planície amazônica, à conta da altitude, do regime de chuvas e da boa ventilação, bem melhores são as condições climáticas". (3)

Sôbre sua influência na capacidade de trabalho das populações da Amazônia, inclusive no que se refere ao seu desenvolvimento físico, nada de seguro se sabe. As pesquisas a respeito estão em princípio. Tôda e qualquer afirmativa, portanto, é apressada ou sem base. O que é possível registrar, é que o clima amazônico, nas suas variantes, não leva à insolação ou aos ataques de calor, não se lhe creditando o progresso lento da região. É suportável. Impondo-se, todavia, ao homem, de maneira a obrigá-lo a uma vida em que êle tem de ser devidamente considerado, em particular no tocante aos horários de trabalho.

A habitalidade da Amazônia, durante algum tempo posta em dúvida, e autorizando afirmações nem sempre decorrentes de exames autênticamente serenos e severos, já hoje é ponto pacífico. Nenhuma fôrça, telúrica ou não, é fôrça impeditiva para que se efetue a emprêsa ou a aventura, para muitos, da ocupação da Amazônia e sua integração como espaço útil à civilização universal e, no nosso caso específico, à civilização que o Brasil constrói, vencendo as dúvidas e as resistências dos trópicos de que fazemos parte. Eminente homem de ciência da região, o Dr. Djalma da Cunha Batista, que dirige o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, em monografia interessantíssima sob o título de "Da Habitabilidade da Amazônia", informa, com clareza e abundância de razões de natureza científica, do que realmente é essa habitabilidade e do nenhum fundamento da tese negativista do passado.

A pluviosidade, como outra característica dos espaços tropicais, é, na Amazônia, um elemento da mais alta importância. As chuvas não são pancadas rápidas, mas copiosas, encharcantes. Não desabam, na mesma época, em tôda a região. Ao contrário. Em Tabatinga, alto Solimões, começam em outubro; em Manaus, no mês de novembro; no Território de Roraima, em março; no Acre, em dezembro; em Belém, em dezembro; no Território do Amapá, em outubro. No alto Rio Negro, as chuvas são constantes e abundantes, como em Belém. Ali atingem um total anual de 2.956,0 milímetros; em Belém, 2.804,7 milímetros.

Entre junho, julho e agôsto, a temperatura sofre uma queda com o fenômeno da "friagem", que assegura dias menos quentes ou quase frios.

No que diz respeito à salubridade, a Amazônia não é nem aquêle trecho impróprio à vida humana, pela permanência de doenças e de condições que a dificultem, nem tampouco o paraíso para onde podiam transportar-se os excedentes de populações sem o perigo de um conflito com os agentes patógenos. O quadro nosológico regional não se caracteriza pela existência de espécies ou grupos mórbidos que lhe sejam inerentes. Como registrou Osvaldo Cruz, a propósito dos fatôres mórbidos, em seu famoso "Relatório sôbre as Condições Médico-Sanitárias do Vale do Amazonas" — êles "não são diversos dos encontrados em outras regiões, nenhuma entidade nova existindo que escape ainda aos processos profiláticos da higiene moderna".

O que ocorreu na Amazônia, na fase áurea do ciclo da borracha, assinalou o mesmo cientista, "ocasionando imensa hecatombe e malsinando as condições naturais de tôda a Amazônia, é a mais absoluta ausência de assistência médica e medicamentosa, é o desconhecimento completo das medidas de profilaxia individual contra a malária, é o abandono do proletário a um estado mórbido perfeitamente atenuável ou a fatalidade da morte por uma moléstia perfeitamente curável. O que, enfim, constitui no Vale do Amazonas a maior fatalidade é êsse desprêzo pela vida humana da parte dos podêres públicos e dos possuidores de seringais, não existindo lá, onde a

(3) José Carlos Junqueira Schmidt, "O Clima da Amazônia", *in* "Amazônia Brasileira", Rio, 1944.

Digitalizado com CamScanner

riqueza, trazida pelos resultados de uma indústria extrativa, só depende do trabalho humano, a noção exata do valor de uma existência!"

Aquela primeira análise de Osvaldo Cruz foi confirmada. Mais: o levantamento histórico acêrca das epidemias veiu esclarecer que tôdas elas haviam sido importadas. Eram fruto da civilização, representada no barco a vela ou a vapor, que trouxera enfermos. Quanto a endemias, em particular a malária, a execução da política sanitária, em especial nos últimos tempos, está modificando profundamente o quadro.

Não se quer dizer, com esta notícia, que a Amazônia "é uma zona salubre". Tampouco carregar nas côres para negá-la, apresentando-a como insalubre. Suas populações têm sido atormentadas, no decorrer de seu esfôrço para criar-se e desenvolver-se, pelas chamadas enfermidades tropicais. Muito do "deficit" que se registra, quanto à sua capacidade de produção ou ao seu crescimento vegetativo vagaroso é, realmente, de responsabilidade dessas doenças, que só hoje, pelo investimento de recursos nos programas de salubrização regional e a posse de técnicas de rendimento mais extenso, estão perdendo a intensidade por que se manifestavam e prejudicavam.

De nenhum modo, conseqüentemente, pode mais ser feita aquela afirmação, um tanto apressada, de que na Amazônia as epidemias ou as endemias eram de tamanho vulto e agressividade que a segurança individual era uma hipótese. Ninguém escaparia à violência patológica do meio. Ora, o que está ocorrendo é que, na luta contra a morte, que é uma das mais autênticas comprovações da maturidade do homem na sua luta incessante para preservar a vida, os êxitos alcançados são incontáveis ou imensuráveis. E, no particular da Amazônia, êsse êxito é flagrante.

Sem constituir um todo homogêneo, como pode parecer pela definição simplista de que é espaço caracterizado pela floresta e pela água, a Amazônia, como estamos constatando, apresenta feições variadas em tôda sua extensão, variadas quanto à vegetação, volume e côr das águas dos rios, clima, o que lhe assegura uma certa pluralidade na fisionomia como natureza. E foi justamente considerando essas variantes que, tanto as populações regionais como os observadores qualificados, formularam a divisão da Amazônia em sub-regiões.

A divisão em sub-regiões, elaborada em obediência a princípios de ordem técnica pelo Conselho Nacional de Geografia, compreende: planície litorânea, planície amazônica, encosta guianense e encosta setentrional. A planície litorânea, envolvendo o litoral amapaense, o Marajó e ilhas, o leste paraense, a baixada maranhense; a planície amazônica, o Rio Amazonas e o Solimões, êste com seus afluentes Negro, Purus, Juruá, Javari; a encosta guianense, o Rio Branco; a encosta setentrional, o Xingu-Tocantins e o Madeira-Tapajós.

Na terminologia popular, os rios, os grandes lagos, os acidentes geográficos mais ponderáveis são também considerados. É certo que com muito maior minuciosidade. Daí porque ninguém dirá — moro no Rio Amazonas, ou na Planície Amazônica, mas no Baixo Amazonas, no Aiapuá, no paraná do Ramos, nos Autazes, etc.

Para efeito de ação governamental, visando ao desenvolvimento regional, a Amazônia está sendo atualmente considerada, tendo em vista a posição geográfica, em Amazônia Oriental ou Atlântica, Amazônia Central, Setentrional, Meridional e Ocidental. A primeira tendo como fronteira o Atlântico. A última compreendendo o espaço que constitui os Estados do Amazonas, Acre e Territórios Federais de Rondônia e Roraima.

Representando cêrca de dois terços do território brasileiro, a Amazônia é um mundo em ser. Não repetiremos a frase de Euclides, quando a considerou como a última página do Gênesis, visando a indicar-lhe o problema da idade geológica. O que é preciso ter em mente, ao considerá-la como espaço em estado de ser, é que sua fisionomia física não sofreu alterações fundamentais por obra do homem. Quem a percorre continua a ter aquela impressão, que não é imediatista, de que permanece íntegra, sem ter sido possuída, natureza exuberante, que continua desafiando o homem. E o realismo que decorre dessa impressão não pode conduzir senão à conclusão: a Amazônia não é ainda um espaço social realizado em tôda sua plenitude.

AS SOCIEDADES AMAZÔNICAS. FORMAÇÃO E PECULIARIDADES.

As sociedades podem ser caracterizadas e distinguidas pelos gêneros de vida que adotam, como êstes podem ser uma conseqüência das condições do espaço físico a que se vincularam e onde atuam procurando dominá-lo ou dêle recebendo as pressões mais fortes e imperativas.

Evidentemente, não se restringe a êsses têrmos de atividade diária, ou a êsses critérios, a caracterização e a definição das sociedades. Há outras maneiras de verificação, de identificação, que envolvem outros aspectos pelos quais as sociedades podem ser medidas e entendidas. As sociedades podem, por exemplo, ser urbanas ou rurais, conforme vivam nas cidades ou nas áreas de agricultura e criação. No particular da Amazônia e da natureza dêste trabalho, no entanto, os gêneros de vida é que nos podem melhor permitir a compreensão do que valem, do comportamento que apresentam e de como se constituíram e se mantêm em face daquela natureza agressiva ou ainda não dominada, que pretendemos ter proposto nas suas linhas gerais no capítulo anterior.

E isso porque, como veremos no desdobramento destas páginas, as sociedades amazônicas não lograram alcançar ainda níveis culturais, padrões de vida tais que as possamos situar, ou fixá-las com segurança, sem atentar

Digitalizado com CamScanner

ponderantemente para os seus quefazeres diários, no campo das atividades reprodutivas.

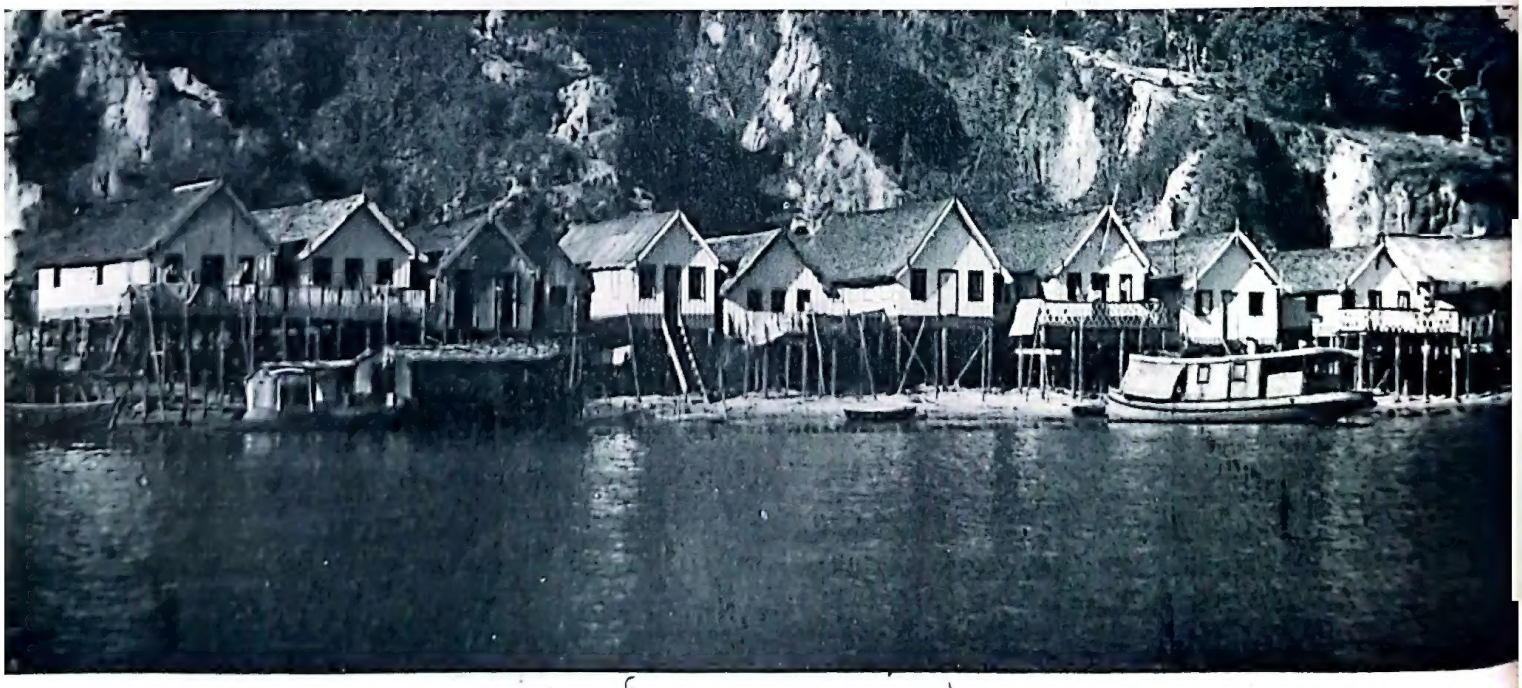
Será conveniente, logo, em conseqüência, registrar por que não falamos em sociedade amazônica, mas em várias unidades sociais. As coletividades amazônicas dedicam-se ao extrativismo, à agricultura, à criação, à pesca, à mineração. Compõem, portanto, coletividades distintas no tocante à sua ação sôbre a natureza, na movimentação econômica. Daí porque preferimos falar em sociedades amazônicas ao invés de sociedade amazônica. Por fim, há ainda a fixar que tais sociedades, que se firmaram, e se mantêm nas áreas interiores da região, se não devem confundir com as que se nuclearam nas sedes governamentais. Não nos referimos aqui a governos municipais, mas ùnicamente aos governos estaduais e territoriais.

Nos pequenos centros urbanos, onde sediam os governos municipais, as respectivas populações, essas sim, existem em função daqueles gêneros de vida. São populações na generalidade sazonais, que aumentam ou diminuem em função das épocas de atividade extrativista, mineradora e de pesca, quando abandonam os centros urbanos para se dedicarem àqueles serviços.

Como ocorreu no período colonial nas diversas áreas do Brasil, os centros urbanos não apresentam, com raras exceções, vida própria, que garanta a permanência e o crescimento de suas populações. Os chamados centros urbanos, na Amazônia, na generalidade, representam, antes, pontos de apoio onde funciona o poder público, representado nas autoridades civis e religiosas, que pròpriamente núcleos de condensação social permanente. Não há nêles a motivação para prender, para manter, para impor a aglomeração permanente, a estabilidade. A região bragantina constitui a exceção sensível, como Santarém e Parintins. É que ao longo daquela via férrea, como nestas cidades do Baixo Amazonas, já existe uma pequena atividade industrial e os sinais de sedimentação e de sedentarização já são, por isso, visíveis e ponderáveis.

Essas sociedades começaram a se constituir a partir do século XVII, com a chegada dos descobridores e conquistadores portuguêses e mestiços do Nordeste. Encontrando na região uma abundante matéria-prima para as ocupações econômicas e multidão indígena que fornecia braços e servia igualmente ao prosseguimento do processo de mestiçagem, que se observava por todo o litoral do Brasil, os primeiros ocupantes, que chegaram pelo Atlântico, tiveram, na casa-forte do Presépio, raiz do núcleo urbano que é hoje a cidade de Belém, o seu ponto de apoio inicial para a expansão em direção norte, sul e oeste. Não se arrecearam do meio. Sentiram-se, é certo, deslumbrados com a floresta e as águas fartas. Essa impressão esmagadora em pouco, porém, perdia a sua fôrça para permitir que os novos senhores daquele mundo estranho se fôssem tomando da decisão de penetrá-lo para explorá-lo.

A sociedade que se foi estruturando nessa primeira fase caracterizou-se pela atividade ligada à colheita da especiaria, que chamaram de "droga do sertão". Essa especiaria era representada pelas espécies proporcionadas pela floresta e de procura nos mercados do Velho Mundo. A pesca estava, então, atribuída ao gentio, que a realizava com mestria, agilidade e alto rendimento. E só no século XVIII é que vamos encontrar a sociedade de mestiços regionais ou do bugre ocidentalizado a ela ligado, diferenciando-se daquela outra que permanecia adstrita ao negócio da "droga".



Digitalizado com CamScanner

Ainda nesse século XVIII, aos incentivos do Govêrno e ao encontro de condições propícias em certos trechos da hinterlândia, como as terras banhadas pelos cursos d'água das cercanias de Belém, sejam o Guamá, o Acará, o Tocantins, uma outra parcela social preferiu a operação agrária. E plantou o cacau, a cana, o café, o algodão, o anil, da lavoura fazendo um gênero de vida permanente e mais distinto. Os senhores de engenho da Amazônia ostentavam o mesmo orgulho, a mesma prosápia, os mesmos ares de grandeza daqueles do Nordeste. Viviam com o mesmo bem-estar e o mesmo luxo.

Ainda no século XVIII, começou o criatório, no Marajó, no Baixo Amazonas e no Rio Branco, dando definição ou destaque a uma quarta parcela da sociedade. Esse grupo social no Marajó assumiu características de fidalguia. Seus integrantes eram chamados de "contemplados", pelo fato de terem sido apenas beneficiários dos rebanhos que o Estado confiscara nas propriedades pertencentes aos Religiosos, no tempo de Pombal.

Já, então, portanto, não existia apenas aquela sociedade coletora, vivendo em função da "droga do sertão", mas quatro sociedades, explicáveis pelos gêneros de vida que levavam. Fundamentalmente mestiças e, com exceção daquela que realizava a coleta da "droga", ou fazia a pesca, latifundiárias. Exceção daquelas, escrevemos. Sim, porque a primeira não possuía o domínio da área onde colhia. Buscava-a aqui, ali, nos pontos mais distantes do interior, onde fôsse possível encontrá-la; a segunda dispersava-se, ou localizava-se em pequenos aglomerados onde podia proceder à colheita do pescado, que salgava para consumo ou exportação, aproveitando as banhas na incipiente indústria de manteiga e velas.

É de notar que a sociedade coletora ou extrativista enriqueceu-se numèricamente no decorrer do século XIX, no ciclo da borracha. Como a que fêz a lavoura da cana, do café, do cacau, do algodão, que, no século XX, também se vigorizou nas lavouras de alimentação, algodão e uacima, realizadas ao longo da ferrovia bragantina e na lavoura da juta, no Baixo Amazonas.

Por fim, é de considerar-se o grupo social que realiza a mineração, localizada no Território de Roraima, na zona do Gurupi, no sul do Pará (fronteira com Goiás), no alto Tapajós; no Território de Rondônia e no Território de Amapá (fronteira com a Guiana Francesa e Rio Calçoene), grupo flutuante, que se assemelha ao extrativista pela mobilidade, pelo primitivismo de suas operações e de sua condição de vida.

Nas sedes governamentais, as respectivas populações exercitam a vida nos encargos do comércio, da indústria, na burocracia oficial, e são populações permanentes que, em tal condição, asseguraram aos núcleos a perda do ar de acampamento, de burgo precário, que possuíam antes de entrar na fase de estabilização dos dias de hoje.

Belém e Manaus são realmente cidades que já se impuseram nessa situação cultural. Mesmo que ainda se queira negar-lhes raízes mais profundas, justificativas de sua consolidação como metrópoles definitivas, inclusive pela área de floresta que as envolve e pode permitir a impressão imediatista de que não a venceram, estando à mercê de sua pujança, não é possível desacreditar na sua estratificação, face aos seus índices de crescimento populacional e de seu desenvolvimento material.

As cidades de Rio Branco, Pôrto Velho, Boa Vista e Macapá, conquanto novas, já se vão, porém, definindo como pequenas metrópoles. Tal situação, está visto, decorre do título pomposo de capitais de Estados e Territórios. Estão, no entanto, em franco crescimento, aglutinando populações que já não são mais apenas as ligadas às atividades oficiais, porque são também populações que se mostram animadas do propósito de criar um fundamento econômico estável de vida.

Do ponto de vista de seus gêneros de vida, de suas atitudes em face da natureza e possibilidade de utilizá-lo, as sociedades amazônicas assim se compuseram e compõem. Sim, compõem, visto que ainda não se diferenciaram de outro modo, nos dias atuais, permanecendo fiéis àqueles quadros em que se situaram.

Quantitativamente, essas sociedades têm crescido sem relêvo particular. O aumento demográfico normal, vegetativo, vem-se processando sem velocidade. Ao contrário, os altos e baixos têm sido sensíveis, de certo modo, impedindo aquela velocidade.

Os algarismos que expressam ou traduzem o desenvolvimento populacional não são abundantes. Nos séculos XVII e XVIII êles contam dos cronistas que escreveram sôbre a região.

No século XIX, houve censos realizados pelas duas Províncias, a do Pará e a do Amazonas, por iniciativa de cada uma delas. Como houve levantamentos procedidos dentro de uma exigência de caráter nacional, para todo o Império. Tendo-se por base as informações de geógrafos e cronistas da época, êsses censos parciais e nacionais e aquelas indicações referentes ao período colonial, foi-nos possível organizar o quadro a seguir:

AMAZONAS

	HABITANTES
1775	11.749
1796	14.232
1820	15.072
1839	18.843
1851	29.789
1856	41.819
1859	43 938
1861	56.091
1872	57.610

Digitalizado com CamScanner

1890	147.915
1900	249.756
1906	290.000
1912	378.476
1920	363.166
1940	438.008
1950	514.099
1960	721.215

PARÁ

1820	79.730
1832	149.854
1848	156.775
1862	215.923
1872	275.237
1890	328.455
1900	445.356
1906	780.000
1920	863.166
1940	944.644
1950	1.123.273
1960	1.550.935

ACRE

1940	79.768
1950	114.755
1960	160.208

AMAPÁ

1950	37.477
1960	60.889

RORAIMA

1950	18.116
1960	29.489

RONDÔNIA

1950	36.935
1960	70.783

Verifica-se, por êle, que cobre as duas maiores unidades políticas da região, e sem que os números referentes às populações dos três Territórios tenham maior significação para impor mudança de qualquer espécie, que a velocidade de crescimento não foi sensível, como dissemos atrás. É de assinalar-se que entre 1743 e 1749 incidiu sôbre a Amazônia uma forte epidemia de varíola, que fêz vítimas num total de 40.000 vidas. No período agitado da Cabanagem, os claros abertos pelo furor dos combatentes elevou-se a cifra semelhante: mais 30.000 vidas. Evidentemente sangrias muito fortes, numa população de pouca monta, dispersa por um espaço físico quase imensurável.

A começar de 1870, todavia, as duas Províncias principiaram a receber, em maior volume, uma nova contribuição — os imigrantes nordestinos. No período entre 1850-1870 verificara-se uma participação interessante de maranhenses, que se foram localizar no Alto Amazonas (Solimões e Baixo Purus). Os nordestinos somaram cêrca de cinqüenta mil. Dispersaram-se pelo Pará e Amazonas, rios Xingu, Tapajós, Madeira, Purus-Acre e Juruá. Aí as maiores entradas que se realizaram. Porque na verdade não houve trecho da Amazônia que não fôsse por êles alcançado. Deve-se-lhes a conquista pacífica do Acre e do Alto Juruá, que desbravaram incorporando-o ao espaço político e econômico da Pátria.

Na República, os contingentes nordestinos prosseguiram na sua vinda para a Amazônia. É dessa fase o episódio da conquista do Acre. Não há estatística de quantos foram. Os censos realizados em 1900, 1920, 1940 e 1950 revelam-nos a presença numèricamente expressiva. É certo que depois de 1914, quando começou a debacle da borracha, o ritmo da imigração que realizaram perdeu sentido. E só no decorrer da chamada "batalha da borracha" registrou-se nova participação mais intensa. Então, chegaram à região pouco mais de 20.000 nordestinos.

Quanto aos contingentes estrangeiros, não tiveram relêvo no desenvolvimento populacional da Amazônia. No período colonial, a política portuguêsa era cautelosa nesse particular: o estrangeiro podia ser portador do vírus das novidades políticas e religiosas que perturbassem o processo normal do caminhar da colônia. Não tinham entrada. Houve exceções. Não se contaram como expressão.

No Brasil independente, tal situação alterou-se, aberto o País aos elementos de fora. Se no Sul, as entradas de italianos, alemães, suíços etc. se fizeram sentir progressivamente, na Amazônia não sucedeu o mesmo. As colônias que foram fundadas no Pará, em particular ao longo da entrada que buscava a cidade de Bragança, não receberam contingentes estrangeiros quantitativamente expressivos. Sua história foi feita por Palma Muniz, num ensaio a que denominou de "Colonização e Imigração do Estado do Pará", e por Ernesto Cruz, em "Colonização do Pará".

Digitalizado com CamScanner

Eram franceses, portuguêses, espanhóis, italianos. Somaram apenas 239 indivíduos.

Mauá, quando recebeu o encargo da navegação a vapor no Amazonas, obrigou-se a estabelecer colônias com imigrantes estrangeiros. Foram fundadas duas em 1835: a de Itacoatiara e a de Mauá, que não prosperaram e já em 1856 esta estava extinta. Receberam imigrantes estrangeiros.

Em 1868, localizou-se, nas cercanias de Santarém, uma colônia de norte-americanos, imigrados do Sul de sua pátria, inconformados com a vitória do Norte na guerra de secessão. Eram em número de 267. A colônia prosperou pouco. Não foi possível a adaptação daqueles pioneiros. Nem todos quantos tinham vindo para a Amazônia se mostravam em condições de enfrentar o meio. Muitos teriam cedido ao espírito de aventura. A êles se juntara, com êxito, um pequeno grupo britânico.

Pelos censos realizados, verifica-se que a participação do elemento estrangeiro na Amazônia, para a formação de suas sociedades, foi inexpressiva. Seja quantitativa, seja culturalmente. Abre-se uma exceção para os núcleos japonêses, que lançaram os fundamentos da lavoura da juta e da pimenta-do-reino, dêsse modo interferindo no enriquecimento das atividades econômicas e fortalecendo a sociedade de agricultores, seja quantitativamente, seja pela adoção de técnica e espécies novas na emprêsa. Êsses núcleos são recentes e estão em franco desenvolvimento.

As relações entre os vários grupos populacionais da Amazônia não se realizaram por entre conflitos violentos. Nem mesmo o elemento que veio de fora das áreas brasileiras, o chamado estrangeiro, pela própria exigüidade quantitativa, criou qualquer diferença com os mestiços locais. Houve um processo de acomodação visível.

Com os próprios contingentes nipônicos, mais numerosos e de agora, ocorreu o mesmo. Não há notícia de qualquer perturbação nesse estado de espírito e de relações.

Falamos em mestiços. Estamos certos. As sociedades amazônicas são fundamentalmente mestiças. Desde as origens elas se vêm mestiçando. O "melting-pot" inicial processou-se, de início, entre o ádvena lusitano e a mulher indígena, intensamente, incentivado pelo poder público, interessado em criar uma humanidade que pudesse enfrentar o meio geográfico com sucesso. Quando da entrada dos nordestinos, essa contribuição representou outra parcela de mestiços, pois que mestiços eram aquêles próprios brasileiros. Os elementos indígenas puros, que se distribuíam ao longo dos rios, êsses, ou desapareceram na luta que tiveram de travar contra o ádvena, ou acabaram por ligar-se aos elementos mestiçados, que chegavam, com êles acamarados ou a êles prestando serviço.

Cabe referir aqui que o contingente negro, na Amazônia, jamais teve significação. Foi, ao contrário, sempre insignificante, mesmo no período colonial. Além da falta de recursos em dinheiro para adquiri-los, sobrava o braço indígena. O ébano africano foi utilizado como mão-de-obra nas lavouras de café, cana, cacau e algodão. Geralmente nas cercanias de Belém, onde se fizeram aquelas culturas com maior intensidade. Sob o Império, essa contribuição não cresceu. Ainda o braço era o do gentio ou do mestiço que se obteve daquela fusão de branco e índio.

Os mestiços que os censos de 1940, 1950 e 1960 constataram são, em maioria, muito ponderáveis, os mestiços que resultaram de branco e índio. O de branco e negro na generalidade não é de raiz amazônica, isto é, não foi fundido na região. É nordestino ou de outra área nacional.

Pelos dados computados, verifica-se que o número de mestiços é maior no Acre. Explica-se: o Acre foi uma realização de nordestinos. E se êles hoje não constituem ali, como nas outras partes políticas da Amazônia, o contingente de maior volume, nem por isso acreanos, paraenses, amazonenses, rio-branquenses, rondonenses e amapaenses deixaram de compor mera descendência direta dêles.

Convém assinalar, por fim, que os algarismos referentes aos brancos devem ser lidos e trabalhados com certa cautela. É que muitos mestiços se inscrevem entre os brancos. Parece-lhes uma diminuição arrolar-se entre aquêles. Chame-se-lhes caboclos e não se melindram. Não se alegram, porém, em serem indicados como mestiços. Da mesma forma, muitos prêtos declaram-se pardos, isto é, mestiços. Entendem que, dessa maneira, credenciam-se. Os censos de 1950 e 1960, que apresentam algarismos tão gritantes, quando os comparamos com os de 1940, são uma conseqüência, talvez, de uma verificação mais rigorosa de parte dos recenseadores, que souberam reagir melhor às informações dos recenseados, nesse particular, inscrevendo-os com mais realismo.

Dessas populações, os nacionais constituem a maioria esmagadora. Assim, para o total de 1.844.655 habitantes da região, em 1950, 1.825.962 eram brasileiros e apenas 18.693 estrangeiros ou naturalizados brasileiros. Pelo censo de 1940, os algarismos eram êstes: brasileiros natos, 1.442.359; estrangeiros ou naturalizados, 18.289.

O nordestino, tido e havido como ponderante na conquista e desbravamento da hinterlândia e fulcro maior das sociedades regionais, não teve nunca, no entanto, essa participação numérica que se lhe atribuiu. Quando chegou, o espaço físico era uma conquista quase mansa já efetuada. E a criação da riqueza já fora iniciada pelo elemento local. Deve-se-lhe, no entanto, integralmente, o que são agora o Estado do Acre e Território de Rondônia, que revelaram como espaço e como área econômica. Como não tivessem continuado a imigração para a Amazônia, foram perdendo aquela expressão quantitativa e de realização material, que permitira a impressão de que eram os senhores absolutos do império amazônico. Para o total de 1.844.655 habitantes cifrados pelo censo de 1950, 114.388 eram nordestinos, sendo que, como observa Edsor Carneiro, 55.838 viviam no Pará 28.383 no Amazonas

Digitalizado com CamScanner

19.744 no Acre, 6.848 em Rondônia, 2.117 no Rio Branco e 1.398 no Amapá. Dêsses 114.388, os cearenses representariam o maior contingente: 66.841. Os maranhenses eram 16.946; os rio-grandenses do norte 13.159; os paraibanos, 8.981, os pernambucanos 4.915; os piauienses, 4.023; os alagoanos, 1.523. Os brasileiros de outras áreas, que viviam na Amazônia, restringiam-se a 17.030.

Pelo censo de 1940, verifica-se que o número de nordestinos era menor: 113.011. Os cearenses levavam a dianteira sôbre os demais: 66.182. Os maranhenses somavam 16.069; os rio-grandenses-do-norte 13.361; os paraibanos 7.623; os pernambucanos, 4.111; os piauienses, 4.361; os alagoanos, 1.470. Os brasileiros das outras regiões não passavam dos 9.436.

Êsse nordestino, é momento de registrar, adaptou-se perfeitamente ao nôvo "habitat". Vinha de uma área de agricultura e de criação de gado. Caminhava pelas estradas, a pé ou a cavalo. Na Amazônia teve de modificar a alimentação, sofrendo um impacto sensível. Atirou-se a tarefas que desconhecia e teve de locomover-se pela água, nas embarcações que aprendeu a manejar. Seu pensamento constante, todavia, é o de regresso ao Nordeste. Nem sempre, porém, tem encontrado oportunidade para satisfazer essa ambição que o persegue. Há, por isso, uma descendência nordestina grande. No Acre pode-se dizer que ela é fundamental. Os acreanos, mais que os amazonenses e os paraenses, são seguramente de raiz nordestina — cearense em porção maior.

As sociedades amazônicas vivem, como já tivemos ocasião de frisar, nos seringais, nos castanhais, nos jutais, nos pontos de pesca, nos centros de mineração, à exceção dos que vivem nas capitais dos três Estados e três Territórios, sempre em condições precárias. E mesmo nessas cidades, há bairros pobres, impressionantemente pobres, que revelam o rústico, o precário da existência. O que se chama de bem-estar social, expresso no vestuário, alimentação, habitação, rendimentos e saúde, importa em revelar que ditas populações não se beneficiam de qualquer dessas exigências mínimas de condições de vida.

Uma Comissão de Política Agrária procedeu, há anos, a um inquérito profundo acêrca de tais condições de vida. Como antes a Comissão de Bem-Estar Social, aquela do Ministério da Agricultura e esta do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Os resultados colhidos por ambas, em todo o País, são semelhantes. Indicam o mesmo mal-estar coletivo, ao invés de bem-estar. No tocante à Amazônia, são impressionantes, nas cidades ou fora delas.

Assim, em 96 municípios que foram estudados ou compareceram ao inquérito da C.P.A., o nível de vida, no tocante à habitação dos grandes proprietários ou fazendeiros, considerado excelente, houve apenas um município, no Pará, 75 alcançaram a classificação de bom, 5 de pobre e 15 não responderam. Entre os pequenos proprietários e colonos, o resultado foi êste: 1 excelente, ainda no Pará, 31 bons, 62 pobres e 2 não responderam. Dos arrendatários e parceiros, nenhum se enquadrou no excelente; 21 foram bons, 55 pobres e 20 calaram. Nos trabalhadores rurais assalariados, obteve-se êste resultado: nenhum município possuía o excelente; 21 eram bons, 55 pobres e 20 silenciaram.

Quanto à alimentação, o quadro foi êste:

Classes Sociais	*Excelente*	*Bom*	*Pobre*	*Não declarado*
Grandes proprietários ou fazendeiros	1	71	9	15
Pequenos proprietários e colonos.	1	25	68	2
Arrendatários e parceiros	—	20	56	20
Trabalhadores ruaris assalariados	—	5	89	2

O que diz respeito à saúde comportou-se assim:

Classes Sociais	*Excelente*	*Bom*	*Pobre*	*Não declarado*
Grandes proprietários ou fazendeiros	—	71	9	16
Pequenos proprietários e colonos.	1	40	52	3
Arrendatários e parceiros	—	31	45	20
Trabalhadores rurais assalariados	—	21	71	4

No particular do vestuário:

Classes Sociais	*Excelente*	*Bom*	*Pobre*	*Não declarado*
Grandes proprietários ou fazendeiros	1	75	4	16
Pequenos proprietários e colonos.	1	20	72	3
Arrendatários e parceiros	—	16	59	21
Trabalhadores rurais assalariados	—	2	90	4

As rendas ou economia:

Classes Sociais	*Excelente*	*Bom*	*Pobre*	*Não declarado*
Grandes proprietários ou fazendeiros	1	17	9	15
Pequenos proprietários e colonos.	10	65	6	15
Arrendatários e parceiros	1	26	67	2
Trabalhadores rurais assalariados	—	20	56	20
	—	1	93	2

Nos sítios agrários, nos seringais e castanhais, nos pontos de pesca e de mineração, os que nêle vivem não conhecem as utilidades de uso diário, mínimas, da civilização de nossos dias e que se acham, de certo modo, incorporados ao mecanismo normal da existência em qualquer área que não seja subdesenvolvida. Não se nota em

Digitalizado com CamScanner

qualquer dêsses núcleos, perdidos na imensidão regional, o entusiasmo dos habitantes nesta ou naquela manifestação. Dão, todos, ao contrário, a impressão de desencanto pela vida, amargura, distância em face do que os rodeia. É certo que o amazônico não demonstra os seus sentimentos com a vibração do nordestino. Parece meio parado. As coisas de maior sensação, êle as vê serenamente, sem exteriorizações exuberantes. Nem por isso, no entanto, se deve compreender aquêle comportamento como mera resultante êsse traço de sua personalidade. Porque, na verdade, a condição de pobreza, de humildade em que se vê passar os dias é evidentemente uma demonstração da ausência daquelas condições mínimas de bem-estar.(1)

Para não alongar êste registro, será suficiente atentar para o problema alimentar. Todos os inquéritos realizados conduzem a uma só conclusão: as populações da Amazônia não apresentam uma dieta conveniente, nem abundante. Além do peixe, que é o fundamental e da farinha, e do que lhe proporciona a própria floresta, em frutos e animais, pouco mais é utilizado. Não há o hábito dos legumes, da carne, do leite. (2)

Escreve, a propósito, Araújo Lima:

"A parcimônia alimentar dos nossos caboclos reduz, num paralelo que se impõe, o mérito da sobriedade japonêsa: o nipônico come pouco, mas fá-lo regularmente; o nosso caboclo, que é capaz de comer despropositadamente, jejuando por dias e semanas; um chibé, que tem por base a farinha-d'água — produto da mandioca, muito pobre de vitaminas — constitui muitas vêzes o alimento exclusivo dum homem nas vinte e quatro horas.

"Indivíduos há que passam dias e dias consecutivos nesse regime, ou noutro equivalentemente sóbrio, deficientíssimo para os dispêndios orgânicos."

As cidades, de seu lado, não experimentaram uma evolução dinâmica nem se afirmaram como centro de criação de riquezas. Tampouco expressam a dinamização que viveu a região nos dias de esplendor gomífero. Não se encontra nelas sequer o vestígio material dessa fase. São, na generalidade, insistamos, pobres, meras sedes de vida política. Não cresceram como expressão urbana. Em certo momento, representaram um papel de alguma importância, quando delas partiram os grupos que foram fazer a hinterlândia, reconhecendo rios, abrindo seringais, realizando a exploração produtiva, mas predatória, da floresta. Não se impuseram, no entanto, nem mesmo nesse momento, como centros urbanos. Foram, antes, pequenas células que se desvitalizavam constantemente em benefício dos núcleos florestais, uma vez que nada do que seus habitantes realizavam vinha beneficiá-las.

A aventura do desbravamento, o nomadismo da tarefa econômica frutificava no intercâmbio, que se operava entre Manaus e Belém e os mercados exteriores de consumo. Para as duas cidades é que se encaminhava a produção. E para elas é que, por fim, se dirigia o morador dos pequenos núcleos perdidos no interior, na busca do bem-estar material, pois em Manaus e Belém é que investiram os recursos adquiridos naquela faina constante.

As populações amazônicas, em função dos gêneros de vida que ainda hoje as distinguem, não realizam, portanto, concentrações maciças. Dispersam-se pelo interior, pelas margens os rios, nos chamados "sítios de caboclos", nos seringais, nos castanhais, nas fazendas de criar. Os aglomerados urbanos são, na generalidade, de pouca expressão demográfica. Sua dispersão, se de um lado foi útil pela formulação de uma base física para o País, criando fronteiras amplas, que existem ùnicamente pela presença dêsses nódulos populacionais, de outro criou problemas muito grandes para o poder público e para êles mesmos. Assim é que o Estado não lhes pode dar a assistência necessária. Com elas não se podem assegurar melhores condições existenciais. A distância em que se encontram umas das outras é muito grande. Vejamos, porém, o que nos ensinam, como lição eloqüente, os algarismos.

Para começar, lembremos que essa população representa 3,53% da população total do Brasil. Sua densidade não vai além dos 0,58 por quilômetro quadrado. É a mais baixa densidade do País, cuja média é de 6,89. No Pará, onde se registra a maior densidade, há 1 habitante por quilômetro quadrado. No Território de Roraima, desce para 1 habitante por 10 quilômetros quadrados.

O município de maior extensão em tôda a região é o de Altamira. Tem 282.070 quilômetros quadrados. Sua população não passava de 7.659 habitantes. Dêstes, vivem, na sede, 1.809; os demais, perdem-se naquela imensidade espacial. Vem, a seguir, o de Itaituba, com 166.394 km² e apenas 10.862 habitantes. O município de Anhanga é o menor: mede 840 km². Tinha 6.419 habitantes, sendo 860 na sede e 5.559 fora da sede.

Na região bragantina, onde se verifica a maior concentração, 419.791 habitantes para 1.123.275 atribuídos ao Estado, os municípios são em número de 10. As pro-

(1) A respeito, C. N. de P. Agrária, "Aspectos rurais brasileiros", Rio, 1955. Também as análises da mesma Comissão: T. Pompeu Accioly Borges, "Imigrações internas no Brasil", Rio, 1955; Ben-Hur Raposo, "Condições de vida na Agricultura", Rio, 1955; João Castelo Branco, "Técnica da Produção", Rio, 1955. É de consultar-se, também, José Alípio Goulart, "Pesquisa de padrão de vida no Brasil", Rio, 1955.

(2) Sôbre o problema alimentar na Amazônia, ver os estudos de Josué de Castro, Dante Costa, Barros Barreto, Armando Bordalo e Luizileno Brasil. Em 1955, por acôrdo celebrado entre a SPVEA e o Serviço Nacional de Alimentação, foi realizado um amplo inquérito, cobrindo tôda a região. Os resultados, todavia, não foram ainda divulgados. Já no mesmo ano, em Belém e Manaus, a SPVEA havia promovido uma tomada de contato com o problema, propondo-o no tocante ao abastecimento das duas cidades, abastecimento que é, em grande parte, no tocante a Belém, e quase totalmente com relação a Manaus, realizado na base da importação dos mercados produtores do Sul do País. Recente inquérito da CODEAMA chegou a conclusão igual.

Digitalizado com CamScanner

priedades agrícolas ou extrativas são mais concentradas e mais próximas umas das outras. Aliás, essas propriedades agrícolas situam-se geralmente nas cercanias das capitais dos municípios, por lhes servirem ao abastecimento. A solidariedade social nelas, em conseqüência, é mais viva e mais natural.

Sendo a maior e a mais permanente, a concentração que se registra na região bragantina tem vida própria e já perdeu o caráter de acampamento para consolidar-se como área de sedimentação social. É nessa região que se processa, por isso mesmo, menos vagarosamente a transformação material, evidenciadora de atividade, de dinamismo e de sedimentação.

As diferenças numéricas entre homens e mulheres, nessa população, não são grandes. Pelo censo de 1940, contavam-se 743.265 homens e 719.265 mulheres. Pelo de 1950, os números não sofreram alteração sensível: 939.667 homens e 904.998 mulheres. As crianças em idade escolar ascendiam em 1940 a 390.102; em 1950, a 484.641. Dos 1.462.530 habitantes em 1940, eram alfabetizados 484.973; em 1950, havia, para 1.844.655, apenas 612.827 alfabetizados.

As condições culturais que expressam a vida dessas populações amazônicas, evidentemente, aqui excetuadas as capitais dos três Estados e três Territórios, onde elas evidenciam progresso, não são sequer razoáveis. (3)

AS ATIVIDADES ECONÔMICAS. PRECARIEDADE. PRIMITIVISMO.

À chegada à Amazônia, seus descobridores e primeiros ocupantes, fôssem os inglêses, os holandêses, os luso-brasileiros, encontraram, com a natureza representada na floresta e nas águas portentosas, um mundo de espécies vegetais e animais, que lhes pareceu suficiente para assegurar-lhes a permanência, a continuidade e o enriquecimento rápido. E após se haverem disputado pelas armas a posse e o domínio definitivo sôbre aquêle espaço físico tão prometedor, trataram de enfrentá-lo para a operação econômica. Os luso-brasileiros é que haviam saído vencedores da luta sustentada entre as soberanias que os combatentes representavam. A êles, por isso mesmo, é que coube identificar melhor as espécies, para coletá-las e exportá-las ao grande mercado ou entreposto europeu que era Lisboa. Sua identificação f z-se por meio do gentio abundante e que, de certo modo, graças à interferência maneirosa de religiosos de várias Ordens, não se comportaram hostilmente, antes cooperando nessa tarefa de identificação e posteriormente de coleta.

Portugal, à época, século XVII, perdia sua posição ímpar no Oriente. E com a perda, saía-lhe das mãos o comércio da especiaria, que o havia levado até lá e lhe permitia um monopólio rendoso. Encontrada a matéria-prima amazônica, que podia servir para a condimentação, para a farmacopéia, para a alimentação e para os trabalhos de construção, como no caso das madeiras-de-lei, parecera que um sucedâneo estava surgindo, de maneira a compensar aquelas perdas tão sensíveis e que marcavam o comêço da decadência nacional.

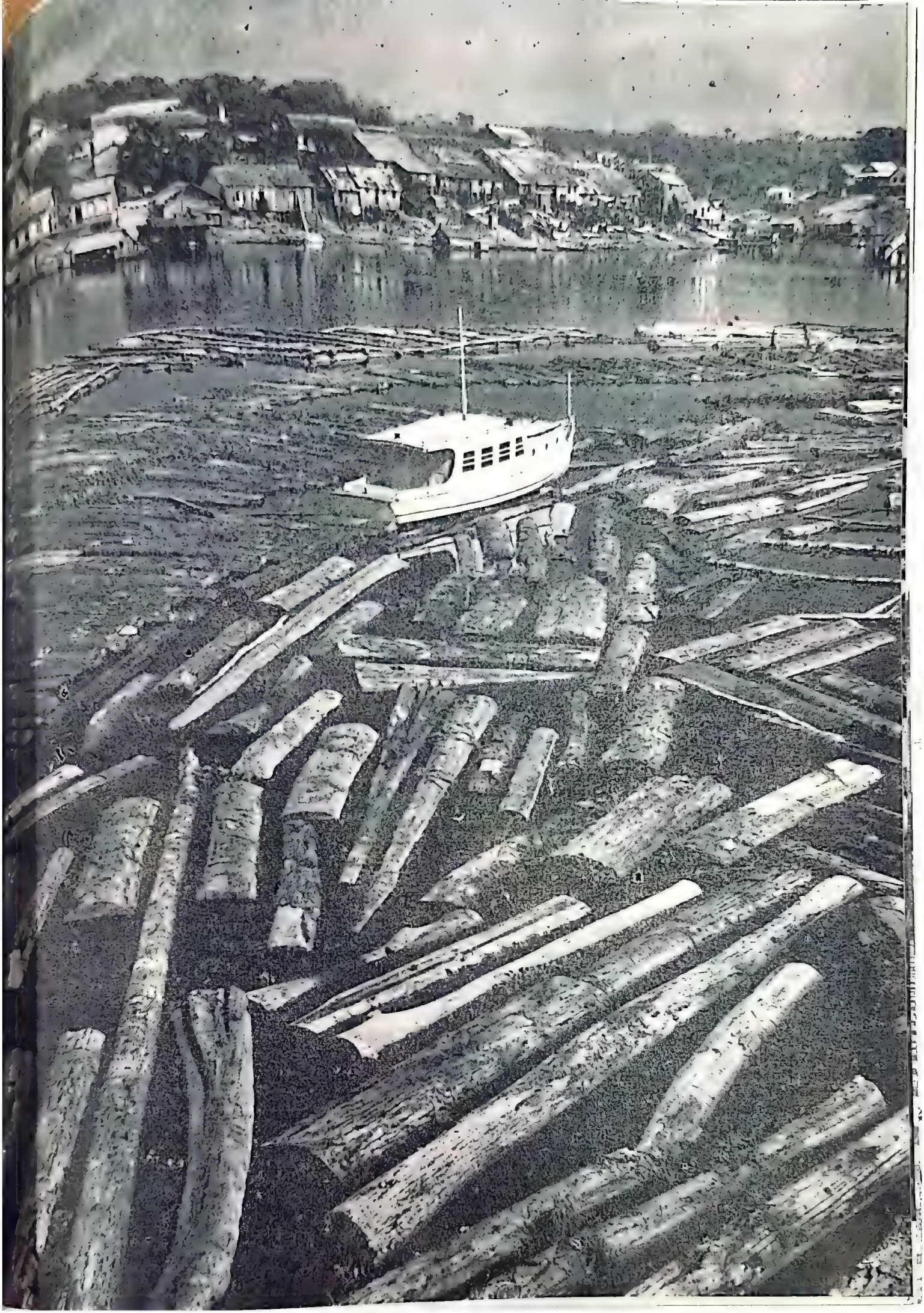
A penetração da região, com a imediata utilização de todo o acervo de novidades comerciáveis, que foi sendo verificado, fêz-se, em conseqüência, com velocidade, intrepidez e resultados interessantes. Em pouco menos de um século, o que constitui presentemente a Amazônia brasileira clássica, exceção do Acre, que resultou de um desbravamento ocorrido no século XIX, mas não deixou de pertencer ao movimento de expansão que encontra suas raízes mais distantes naquele empreendimento coletor a que nos estamos referindo, estava incorporado ao Império que os missionários, os sertanistas, os soldados e principalmente os homens de negócio construíram para substituir aquêle outro que se extinguia na Ásia.

A "droga do sertão", que deu ser e animou a primeira sociedade que se constituiu no extremo norte, fundamentou a expansão. Era uma tarefa de coleta, realizada empìricamente, sem obediência a qualquer processo que revelasse a preocupação do futuro. O imediatismo comandava e explicava o trabalho. Destruíam-se as árvores. Colhia-se fora de época. As espécies animais, em particular as piscosas, não sofriam menos: apanhavam-nas, pescavam-nas com furor, numa demonstração cabal de que o interêsse único era o obter as maiores quantidades possíveis, desatentos todos a que tamanha investida contra a riqueza nativa equivalia a uma sangria violenta de que iriam sentir os efeitos negativos com o andar dos tempos. A lição do Oriente não estava ensinando, produzindo frutos. Quanto às técnicas de coleta e de pesca essas eram a que o indígena usava. Não foram melhoradas. Ainda nos nossos dias elas estão vigentes, revelando imprevidência, primarismo, incapacidade para uma mudança cultural. A herança gentia estratificou.

As bases alimentares dessa população foram, durante muito tempo, a resultante do que a própria floresta e as águas piscosas do rio central e afluentes entregavam. A lavoura de sustentação pouco prosperava visando à alteração da dieta indígena, a que os colonizadores se submeteram.

(3) Um índice do estado de rudimentarismo da vida na região está no fato de não haver, nas cidades-sedes dos municípios, serviços de água e, em muitas, as simples fossas para dejeções, o que levou a Comissão de Planejamento da Valorização Econômica da Amazônia a incluir, no Programa de Emergência e no Primeiro Plano Qüinqüenal, uma operação de larga envergadura para a instalação de rêdes de abastecimento de água e para o fornecimento de muitos milhares de lajes de cimento para servirem de pisos nas WC das residências localizadas nas cidades e núcleos de maior densidade.

Digitalizado com CamScanner



Digitalizado com CamScanner

Já não ocorreu o mesmo com relação à lavoura de espécie nativas e alienígenas para exportação: cacau, algodão, cravo fino e grosso, cana, café, mereceram os cuidados dos mercadores que dêles realizaram uma cultura intensiva, animada constantemente pelos favores e concessões régias, que isentavam dos impostos e taxas, concediam terras, equipamento para o trabalho, livravam de obrigações militares os que disso faziam uma ocupação permanente, um gênero de vida.

A criação de gado, no Marajó, no Baixo Amazonas e no Rio Grande, prosperou vagarosamente. Ora os rebanhos tinham sido, como ocorreu na ilha, uma iniciativa das ordens religiosas (jesuítas, carmelitas e mercedários), ora, como no Baixo Amazonas e Rio Branco, um incentivo oficial ou uma iniciativa governamental. Naquela, as fazendas passaram às mãos do Estado, quando se verificou o choque com Pombal, que as dividiu e partilhou com as principais figuras da sociedade de Belém; no Baixo Amazonas, as fazendas foram montadas nos campos naturais ou abertos a fogo, com o gado que o Estado facilitou aos pequenos proprietários locais, vendendo-o e concedendo-o. Houve mesmo o caso de fazendas criadas pelo govêrno para que nelas os particulares criassem, em comum, os seus rebanhos. Por fim, no Rio Branco, onde as três fazendas que deram origem ao criatório da atualidade, São Marcos, São Joaquim e São José, foram abertas pelo ou aos incentivos do governador Lôbo d'Almada, quase nos fins do século XVIII.

No tocante à mineração, as tentativas para encontrar a riqueza do subsolo haviam sido infrutíferas. Ademais, de Portugal chegavam continuadas instruções para que se pusessem obstáculos à emprêsa de mineração; na terra, que devia ser lavrada, dizia-se nesses documentos emanados da burocracia lisboeta, é que estava a verdadeira riqueza. Quem quisesse impor-se à estima, à consideração e à própria admiração régia, propondo-se às mercês e mais generosidades de S. Majestade, não devia envergonhar-se de meter as mãos na terra para utilizar-lhe o húmus. A grande nobreza decorria dela.

Quando findou o período português, na Amazônia fazia-se lavoura, criava-se gado, pescava-se e coletava-se a "droga do sertão". Criara-se uma economia local, totalmente independente da que se realizava nos outros pontos do Brasil, fôsse para supri-la em suas necessidades locais, fôsse para as relações de troca com o exterior. Tal economia processada, porém, de maneira primária, é conveniente insistir.

D. Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos, por exemplo, expondo para Lisboa a situação em que encontrou a Amazônia, confessava-se horrorizado: "O serviço que aqui há a fazer a S.A.R. hé a meu ver o mais importante possivel; trata-se de converter huma colonia bruta, despovoada, e pobre, em huma que seja civilizada, populosissima, e rica..."

D. Marcos não compreendera a região no seu estado de rusticidade e de estratificação sócio-econômica.

Nos dias que se seguiram ao fim do domínio de Portugal, a fisionomia do regime econômico não sofreu modificação para melhor. As lavouras até 1870 continuaram a constituir um gênero de vida, uma ocupação: lavoura de cacau, café, algodão, fumo, cacau principalmente. O trabalhador, nativo, indígena, êsse continuou a coletar e a pescar. Constituiu o fundamento da energia que se despendeu nessas tarefas.

Depois de 1870, as lavouras perderam significação. Descobrira-se uma nova droga — a borracha. Os mercados do Velho Mundo e dos Estados Unidos principiaram a solicitá-la, sempre em quantidades maiores. A conseqüência imediata foi a mobilização de todos os braços existentes, mais os que foram chegando do Nordeste, para a investida sôbre a floresta, visando à descoberta e à colheita do látex. Como sucedera no primitivo ciclo da droga, não houve técnica aprimorada. Os seringueiros sangravam as árvores sem dó nem piedade. Nos primeiros tempos, cortavam-nas de cima a baixo, entanicavam-nas com cipós, para forçar uma purgação violenta que lhes satisfizesse o apetite. As madeiras perdiam-se, esgotadas. E os exércitos de pioneiros, numa mobilidade espantosa, destruída ou pretendidamente destruída uma área de exploração, passavam a outras. A técnica melhorou com a introdução do corte ou incisão leve, o uso de tijelinhas para captação do leite e posterior fabrico das bolas exportáveis e a conseqüente organização dos seringais, latifúndios, de exploração permanente, a certos aspectos pondo-se fim à devastação e àquela mobilidade inconsciente.

A concorrência da produção dos seringais de plantação, levada a efeito no Oriente, encerrou o ciclo gomífero esplendoroso, que autorizara uma aventura amazônica, que pode ser compreendida como a contribuição mais sensível da Amazônia à civilização brasileira, nos fundamentos ou aspectos econômicos, materiais, que êle apresentou entre 1870 e 1914. O Oriente vingara-se da concorrência que a Amazônia lhe fizera no período colonial.

Ao aceleramento da vida regional, verificado naqueles momentos históricos, sucedeu, senão a paralisação, uma evolução lenta. Ainda desta vez a lição não fôra aprendida. E voltou-se ao extrativismo de outras drogas, além da borracha — castanha, piaçava, balata, sôrva, madeiras. A lavoura de algodão, uaicima, maniva, para o fabrico de farinhas, essa jamais abandonada pois tinha consumo constante e sempre em crescendo, tomou incremento. O criatório não fôra abandonado. Mas seu desenvolvimento não se dinamizara pela introdução de sangue nôvo, a não ser o búfalo, trazido da Índia, e que se aclimou magnificamente sem, todavia, produzir o rendimento econômico- financeiro imaginado.

Agora, porém, pensava-se na exploração do subsolo; descobertos o ouro, as pedras preciosas, a cassiterita, deu-se a corrida aos "placers". Sem, no entanto, a adoção de

Digitalizado com CamScanner

uma técnica mais perfeita, que decorresse inclusive de inversão de capitais, que trouxesse os operários qualificados. A extração estava a cargo de uma gente intrépida, decidida, mas sem o lastro dos recursos em dinheiro e a posse e a utilização da maquinaria apropriada. Gente que faz a lavra por iniciativa própria e sem a assistência de quem quer que seja.

A lavoura da juta e da pimenta-do-reino, como a do café e a da cana, que se restauram, essa última nas suas áreas clássicas de produção, reanimam o empreendimento agrário. Não se constata, porém, progresso na maneira de trabalho, que continua com as mesmas características de rusticidade.

O pequeno parque industrial que se está criando representa-se nas usinas de beneficiamento de castanha, de lavagem e laminação de borracha, de óleo de pau-rosa, de guaraná, nas serrarias, artefatos de borracha, cordoalha, fiação de juta, cimento, papel, além das manufaturas comuns a todo centro urbano, constantes da produção alimentar, corte e costura, etc. De vulto, há em Manaus uma refinaria de petróleo. Em Macapá, começa a extração, por processo de alta linhagem técnica e primeiro beneficiamento, do manganês, que também é realizado no Aripuanã, afluente do Madeira, essa, porém, uma operação de muito menor volume e expressão técnica.

A produção amazônica, nos dias que correm, é uma produção que se explica:

a) pela falta de recursos em dinheiro para dinamizá-la, acelerá-la e mais diversificá-la;

b) pela ausência de técnicas modernas, mantidas que vem sendo aquelas tradicionais, na extração dos recursos naturais;

c) dispersão de suas populações, o que dificulta e encarece sua utilização e crescimento;

d) resistência, dos que têm a responsabilidade dessa mesma produção de matéria-prima florestal, no se transferirem à lavoura de tais espécies, como no caso da seringueira.

A fronteira econômica, por tudo isso, não caminhou ou não se vitalizou, deixando de acompanhar a fronteira política. Se explica esta, é certo, na fase dinâmica da expansão, reduziu-se, posteriormente, encurtou, limitando-se a certos trechos do espaço imenso. A ocupação social é restrita. Os vazios são imensos. Em 1866, Tavares Bastos, subindo o Amazonas em direção a Nauta, no Maranon, República do Peru, afirmou que sentira a impressão de que entrava no deserto. Essa impressão continuaram a senti-la quantos tomaram contato físico com a região. E na análise das estatísticas resultantes dos censos periódicos, o que se constata é ainda o vazio, o deserto, a dispersão, o homem isolado, como que perdido na imensidão de terra que não pôde ocupar.

Além da rarefação populacional, a limitação quantitativa da produção, que não cresce com a velocidade que indique as sociedades ativas, nem se desenvolve na base de uma modificação do *status* cultural. Em face de tudo isso, é que a União assumiu a responsabilidade de promover o acelaramento do processo econômico, vitalizando-o, dando-lhe condições de maior rendimento, criando-lhe mercados, injetando-lhe o sôro dos investimentos públicos em obras e serviços, assegurando-lhe uma circulação mais rápida e mais cômoda. Chegamos, pois, a uma nova etapa, que poderá produzir resultados magníficos. Cabe agora, no entanto, verificar até que ponto essa economia permanece estratificada ou em evolução tão lenta. Será conveniente, por isso, apresentar os quadros da produção regional, no tempo e no espaço, bem como assinalar as sub-regiões onde se procede a essa produção.

Pelo censo de 1950, verifica-se que, em dez trabalhadores, três ocupavam-se do extrativismo, contrastando com o restante do Brasil, onde a proporção é de três extrativistas para cem. No Acre, por exemplo, 60% da população econômicamente ativa entregam-se ao extrativismo; em Rondônia, 46%; no Amazonas, 37%.

"Em 1950, sôbre 1.000 homens de 10 anos e mais, 331 dedicavam-se a atividades agropecuárias e 242 a indústrias extrativistas de produtos vegetais, animais e minerais, enquanto apenas 53 estavam ocupados em indústrias de transformação, 41 nos transportes e comunicações, 51 no comércio e crédito, 28 nos serviços e 39 em outras atividades extradomésticas. Exerciam atividades domésticas e escolares 115 por 1.000 (na maior parte crianças ou velhos), e foram declarados inativos 100 por 1.000."

A mentalidade extrativista é, assim, portanto, a dominante.

Vejamos, agora, o problema da terra. Na generalidade, é uma ocupação mansa, efetuada pelo que nela descobre a especiaria rendosa ou o espaço onde se localizou o caboclo, dêle enamorado.

No primeiro caso, a terra é propriedade de quem a explora, seja o seringalista, seja a casa "aviadora", propriedade legalizada pelo título definitivo, expedido pela autoridade competente, ou simples posse que se vai alongando no tempo, sem que o ocupante pense no ato jurídico que lha garanta pelos dias futuros. No primeiro caso, ainda, possui o aspecto de latifúndio. Não ocorre nunca o caso de um seringal, de um balatal, de um castanhal, que não se caracterize pela extensão avantajada. O sitiante, o posseiro, êsse, ao contrário, dispõe de um espaço pequeno, de horizontes limitados e sem garantias.

Falamos em "casa aviadora", referindo-nos ao estabelecimento comercial que em Belém e em Manaus faz os adiantamentos aos seringalistas, juteiros, castanheiros, etc., abastecendo-lhes as propriedades para que possam operar e produzir.

A atividade econômica vigente processa-se, pois, em têrmos de uma base física que não assegura vitalidade aos que a usufruem: os latifundiários, pela grandiosidade do espaço, não a podem explorar em tôda a amplitude

Digitalizado com CamScanner

à que se propõem, isto é, não a podem explorar no que ela proporciona como área florestal, produção em estado de natureza e ainda como resultante do esfôrço de reprodução realizada pelo homem; os sitiantes, ao contrário, pela exigüidade do que ocupam e não autoriza a produção recompensadora.

Ademais, o próprio processo de exploração da floresta impõe a existência do latifúndio. As espécies vegetais sôbre que se trabalha não se distribuem em linhas acessíveis e ordenadas. São dispersas, distantes, como no caso da seringueira, das madeiras para construção. Na extrativista coletora, a possibilidade de êxito. Porque nelas não será possível a extração, a coleta rendosa.

As relações mercantis não se baseiam na circulação do dinheiro amoedado, mas, fundamentalmente, na base de troca de mercadorias, o que não significa, porém, que o dinheiro amoedado seja ignorado. É que ocorre a circunstância de que a produção, pelo seu caráter de produção obtida principalmente no seu estado de natureza, se processa através de financiamentos aos seringalistas, exploradores de castanhais, plantadores de juta, financiamentos que constam de mercadorias, necessárias ao abastecimento do seringal, do castanhal, do jutal. Essas mercadorias ora são gêneros alimentícios, ora são instrumentos de trabalho. É preciso assinalar, de logo, que nos seringais, nos jutais, nos castanhais, etc., não se faz quase lavoura de sustentação. Todos quantos vivem nêles exercem uma atividade ligada diretamente à produção da espécie, o que lhes torna impossível qualquer outra ocupação.

O crédito agrícola é pràticamente inexistente: em 36 municípios, conforme o inquérito da C.P.A., não se conhecia; em 15, funcionava através da agência do Banco do Brasil; em 8, de outros bancos; em 44, por parte de comerciantes. Em nenhum a cooperativa estava presente.

O salário pago aos trabalhadores agrícolas obedecia ao seguinte sistema: em dinheiro, 58; em dinheiro e alimentação, 26; em dinheiro com casa, 4; por outras formas, 7.

O uso da terra é realizado pela destruição preliminar da floresta. Essa destruição através de queimada. O emprêgo de adubos é pràticamente inexistente. O repouso da terra por espaço de menos de 1 (um) ano é respeitado em apenas 10 municípios dos 97 estudados pela C.P.A.; de 3 anos e mais, em 70. O arado de tração animal só existia, em 1952, quando se fêz o levantamento, em 6 municípios. Os tratores eram em número de 3. Essa situação está sendo alterada, é certo, mas com um vagar impressionante. Ainda não se opera, na Amazônia, empregando a máquina agrícola de grande porte. Não se emprega, por exemplo, o arado. A enxada, a foice e o machado são os grandes instrumentos de manejo diário do trabalhador rural ou florestal. A meação é a forma mais generalizada de parceria.

Consideremos agora as sub-regiões da Amazônia quanto à produção. Recordemos que o extrativo é o marcante, o positivo, o decisivo na vida econômica regional. Ocorre, portanto, por tôda a Amazônia. Há, no entanto, nessas sub-regiões, aspectos particulares, em algumas das quais constituindo o fundamento maior de vida. Essas sub-regiões foram por nós indicadas tendo em vista essas peculiaridades. Não constituem sub-regiões fisiográficas, mas apenas áreas de diferenciação econômica, isto é, áreas onde o gênero de vida possui certa autonomia que o individualiza, que o distingue do quadro normal da Amazônia.

O criatório é atividade de municípios do arquipélago marajoara, Baixo e Médio Amazonas e Território de Roraima. Os municípios onde êle ocorre são: Itacoatiara, Parintins, Alenquer, Almeirim, Arariúna, Chaves, Juruti, Monte Alegre, Muaná, Óbidos, Oriximiná, Ponta de Pedras, Prainha, Santarém, Soure, Boa Vista, Amapá, Macapá; a de uaicima, na zona bragantina; a de cacau, no Baixo e Médio Amazonas; a de pimenta-do-reino, principalmente em Tomé-Açu, Pará; a de guaraná, exclusive do município de Maués. A mineração verifica-se nos Territórios de Roraima, Rondônia e Amapá, Rio Aripuanã e município de Vizeu, na fronteira do Pará com o Maranhão.

A economia florestal é representada por quase uma centena de espécies. A produção principal, no entanto, consta de borracha, castanha, jarina, piaçava, timbó, óleo de pau-rosa.

É preciso não esquecer, ademais, que a produção primária da Amazônia se fêz em função dos mercados externos, sejam estrangeiros, sejam nacionais, êstes mais ou menos recentes, disso resultando que as relações de troca são constantes e indicativas de que a economia amazônica se caracteriza, portanto, pelo aspecto mercantil. Belém e Manaus, comandando a operação mercantil, são, por isso mesmo, duas cidades que se consolidaram como tal pelo papel que exerceram e exercem no intercâmbio: recebem mercadorias do interior e do exterior e as redistribuem para o interior e exterior. Valem como entrepostos.

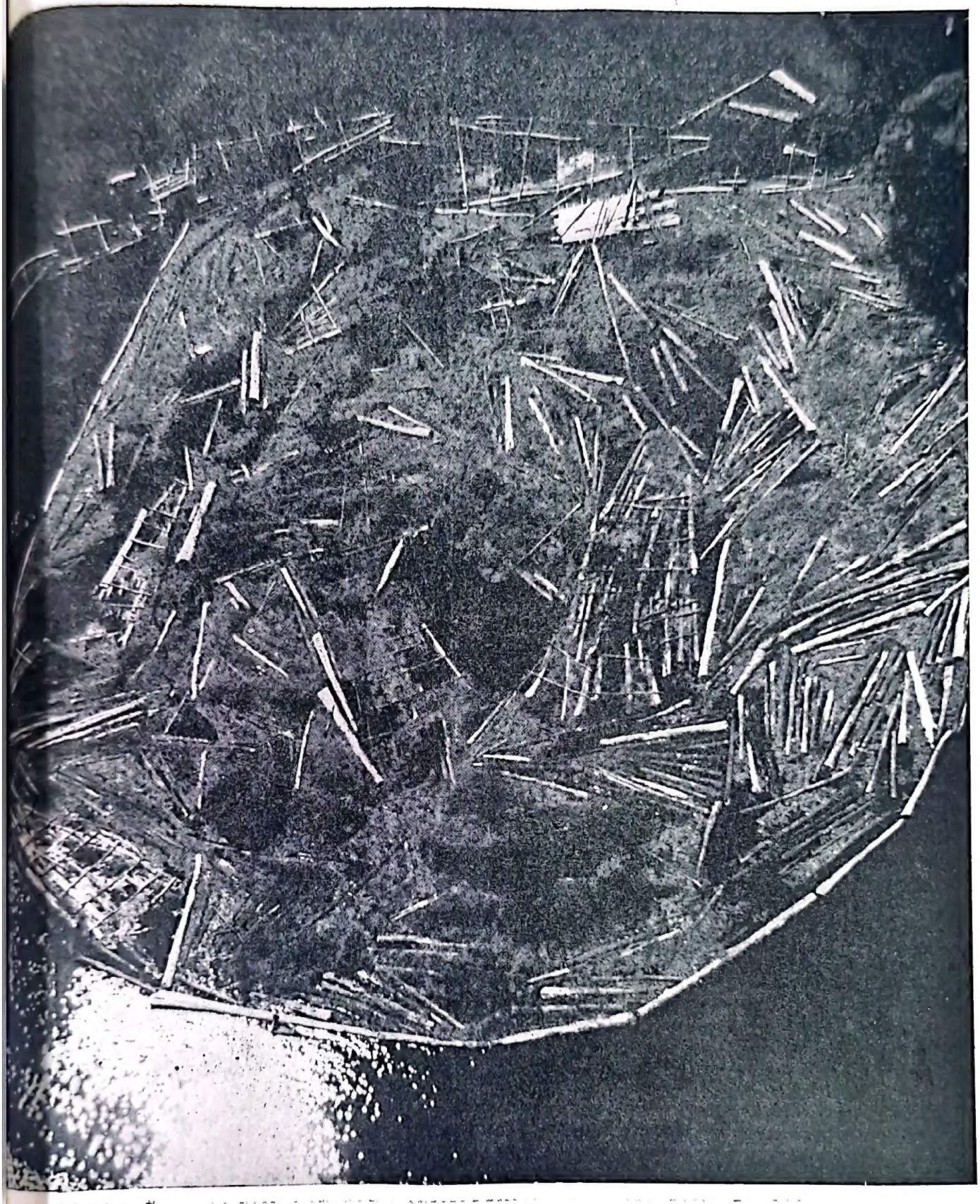
Essa distribuição, como todo o contato social, é efetuada pela utilização da via fluvial, o que exige a formação de uma frota especial, que vai dos barcos a vapor às pequenas embarcações de tradição indígena.

A economia da Amazônia, aqui sumarizada de acôrdo com as conveniências e limitações dêste trabalho, como se pôde acompanhar pelo que registramos, vale como evidenciação de que a região deve considerar-se como subdesenvolvida no panorama do País. O processo de sua evolução, nesse particular, é lento. Ademais, caracteriza-se o emprêgo de técnicas muito rústicas, a preponderância da produção primária, coletada à floresta e às águas, e muito pouco como fruto do domínio exercido pelo homem sôbre a terra. E o tratamento industrial não se verifica quase que senão na sua forma mais rudimentar.

O testemunho dos viajantes que desde o século XIX vinham assinalando essa condição de trabalho destrutivo

Digitalizado com CamScanner

MADEIRA À ESPÉRA DE UTILIZAÇÃO



Digitalizado com CamScanner

e realístico como característico da região, não se alterou para indicar o progresso. Porque, em realidade, aquela condição existencial continua pràticamente a mesma.

Daí porque a Amazônia constitui a maior área-problema do País, estando a exigir a inversão de um imenso capital em dinheiro, em técnicas novas, em operações de campo que a transformem e a integrem realmente nos quadros mais dinamizados da vida nacional.

Essa situação de inferioridade, face ao desenvolvimento que se operava em outras regiões do País e tendo em vista, ainda, a necessidade de impedir que crescesse o desequilíbrio entre as várias regiões nacionais, o que exigia a adoção de uma política de integração nacional, levou o poder federal, representado no Parlamento e no Executivo, à programação de serviços e obras, fixados em planejamentos qüinqüenais. Tais serviços e obras seriam promovidos por órgão federal, a Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), hoje substituída pela SUDAM, sem que, no entanto, a iniciativa privada fôsse afastada de qualquer participação para que estivesse devidamente preparada. É que o vulto das operações em vista não poderiam ser senão uma projeção governamental, de vez que os recursos da iniciativa privada não pareciam suficientes e estariam, naturalmente, voltados para setores que lhe assegurassem o rendimento conveniente. Os riscos, êstes seriam governamentais, tanto mais quanto o passo inicial constaria da organização da infraestrutura, que é geralmente tarefa a cargo do poder público como obrigação específica.

Nessa ordem de idéias, iniciou-se tôda uma vasta experiência numa das regiões tropicais mais discutidas, observadas, cobiçadas do mundo. E se o poder público assumiu com a Nação o compromisso de apressar o desenvolvimento da Amazônia, não desprezando o concurso da iniciativa privada, dela se está valendo através de uma série de providências que lhe facilitem a atuação e o sentido criador que deve possuir. Os incentivos fiscais, as facilidades financeiras, os projetos abertos à aplicação dêsse capital privado constituem aspectos dessa política, que deseja que a integração seja uma realidade e no menor prazo, o que não significa que não se tenha a consciência de que o fator tempo é o maior fator a considerar devidamente. Para isso, procurando mobilizar as atenções e o interêsse dos homens que realizam o grande capítulo de construção do Brasil sulino e já agora do nordestino.

O planejamento de tôda essa nova política do Estado, que deixou de ser apenas espectador para ser um incentivador, um coordenador, um promotor de iniciativas e de realizações materiais objetivas, diretas e intensificadas, esteve a cargo daquele organismo original, a SPVEA, que elaborou texto a ser submetido à deliberação do Parlamento Nacional.

Tal texto, constante do que se chamou de "Plano Qüinqüenal", compreendeu tôda uma vasta ordenação, que abrangia: a saúde, a educação, a colonização, os transportes, as comunicações mais velozes, a lavoura de sustentação e a agricultura tropical, promovida sob têrmos de uma nova técnica e não no primarismo por que era então realizada, o extrativismo, igualmente promovido sob técnicas modernas, a pecuária nas regiões tradicionalmente ligadas à atividade, mas agora com a introdução de novos tipos de gado vacum, assistência aos criadores e formação de novos plantéis em áreas novas, a exploração do subsolo, a implantação de pequenos parques industriais. que serviriam a uma experiência prefaciadora de operação mais substancial nesse particular, o inventário da realidade nos vários ângulos por que essa realidade fôsse de interêsse imediato ou não para o esfôrço de desenvolvimento. Como se verifica, um planejamento arrojado, que importava na aplicação de recursos maciços e na mobilização de um corpo técnico do mais alto nível.

Como sucedera anteriormente, em 1913, quando o mesmo Govêrno Federal tomara a deliberação de um programa mais modesto, mas, nem por isso de menor envergadura, e sem que o tivesse iniciado como execução material, o planejamento de agora ficou na contextura das linhas de simples projeto-ordenação.

Na atualidade, porém, face à necessidade de realìsticamente enfrentar o problema de pôr fim a desequilíbrios culturais e econômicos que estão caracterizando a problemática brasileira, passou-se a um nôvo esfôrço, comandado pelo poder federal. A SUDAM e o Banco da Amazônia, sob estrutura mais flexível e com a experiência dos insucessos anteriores, contando com a participação mais intensa e decidida da iniciativa privada, da rêde bancária em funcionamento na região.

ASPECTO DO MERCADO DE MANAUS

Digitalizado com CamScanner

Digitalizado com CamScanner